

Evolução da educação em Goiás segundo à Pnad Contínua – 2012 a 2016

Desde 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE realiza e divulga a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PnadC, de forma trimestral. O foco da pesquisa é o mercado de trabalho, entretanto há informações que possibilitam diagnósticos em outras áreas, como o caso da educação.

Nesse sentido, o Instituto Mauro Borges, a partir deste ano, irá analisar os dados da PnadC no tocante à educação (a análise do mercado de trabalho pela PnadC já é feita desde 2015). É preciso salientar que as informações educacionais disponibilizadas até o presente momento abarcam a população com cinco anos ou mais de idade, não permitindo, portanto, alcançar as informações relacionadas às etapas da educação infantil.

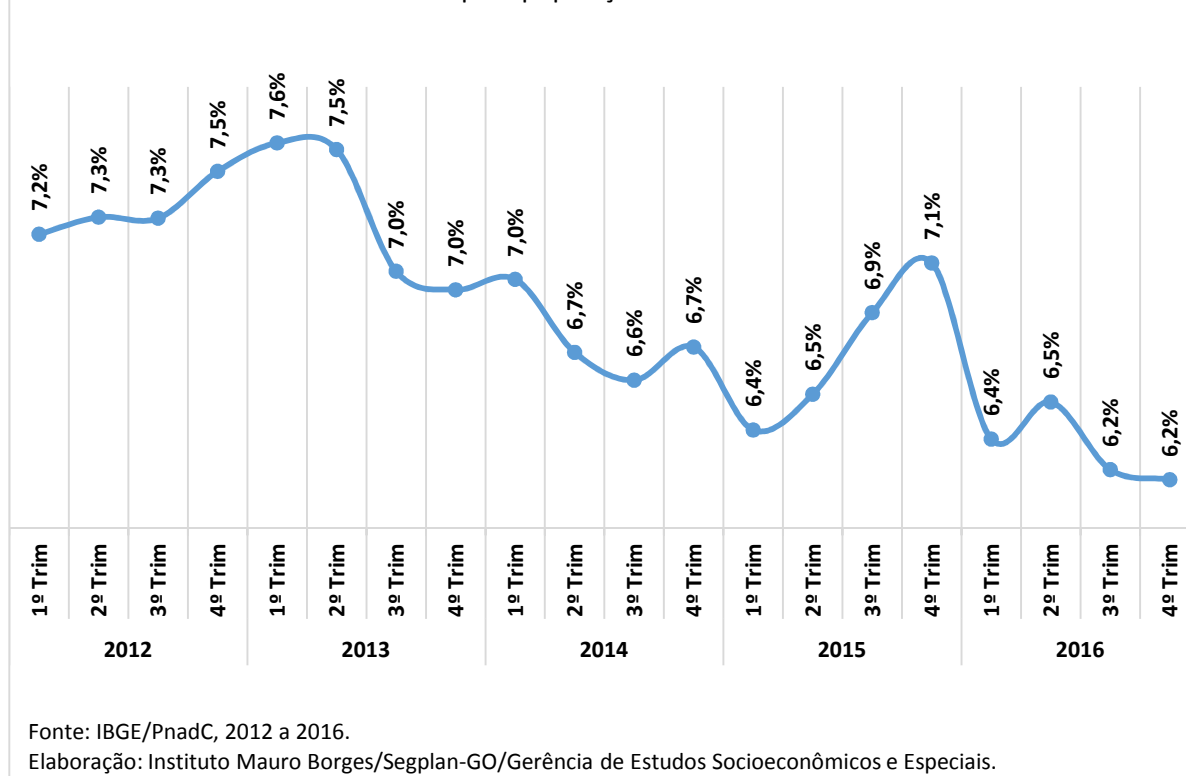
Para essa primeira publicação, faz-se uma análise dos dados da educação desde o primeiro trimestre de 2012 até o quarto de 2016. Assim, tem-se um quadro mais preciso da evolução nessa área, entendendo as especificidades que ocorrem nos diferentes trimestres do ano. As próximas edições ocorrerão conforme a divulgação dos dados pelo IBGE a cada trimestre. Acredita-se que essa publicação possibilitará o desvendamento conjuntural dos dados da educação, acarretando maior conhecimento desse importante segmento da sociedade.

Analfabetismo

A taxa de analfabetismo¹ é um indicador importantíssimo na mensuração da qualidade de vida da população. Trata-se de condição *sine qua non* para se exercer plenamente a cidadania e, por meio dela, garantir a dignidade humana. Assim, o Gráfico 1 permite a visualização da trajetória temporal da taxa de analfabetismo para população acima de 15 anos no estado de Goiás, desde 2012 até 2016, distribuída pelos quatro trimestres anuais. A evolução de 7,2% para 6,2% no período mostra que houve avanços na alfabetização, todavia, a baixa redução em cinco anos instiga para medidas mais efetivas na melhora dessa condição.

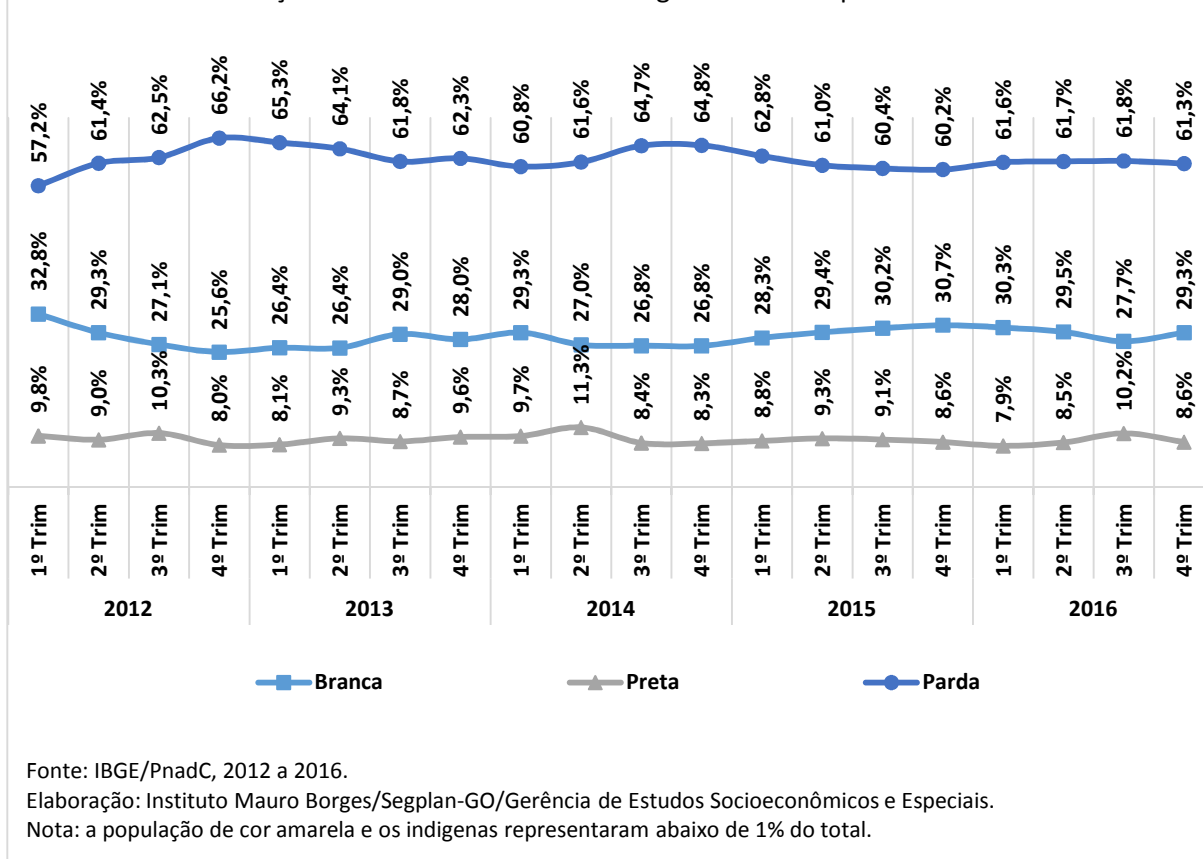
¹ Considera-se alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever pelo menos um recado ou bilhete simples no idioma que conhece.

Gráfico 1. Taxa de analfabetismo para população acima de 15 anos em Goiás - 2012 a 2016

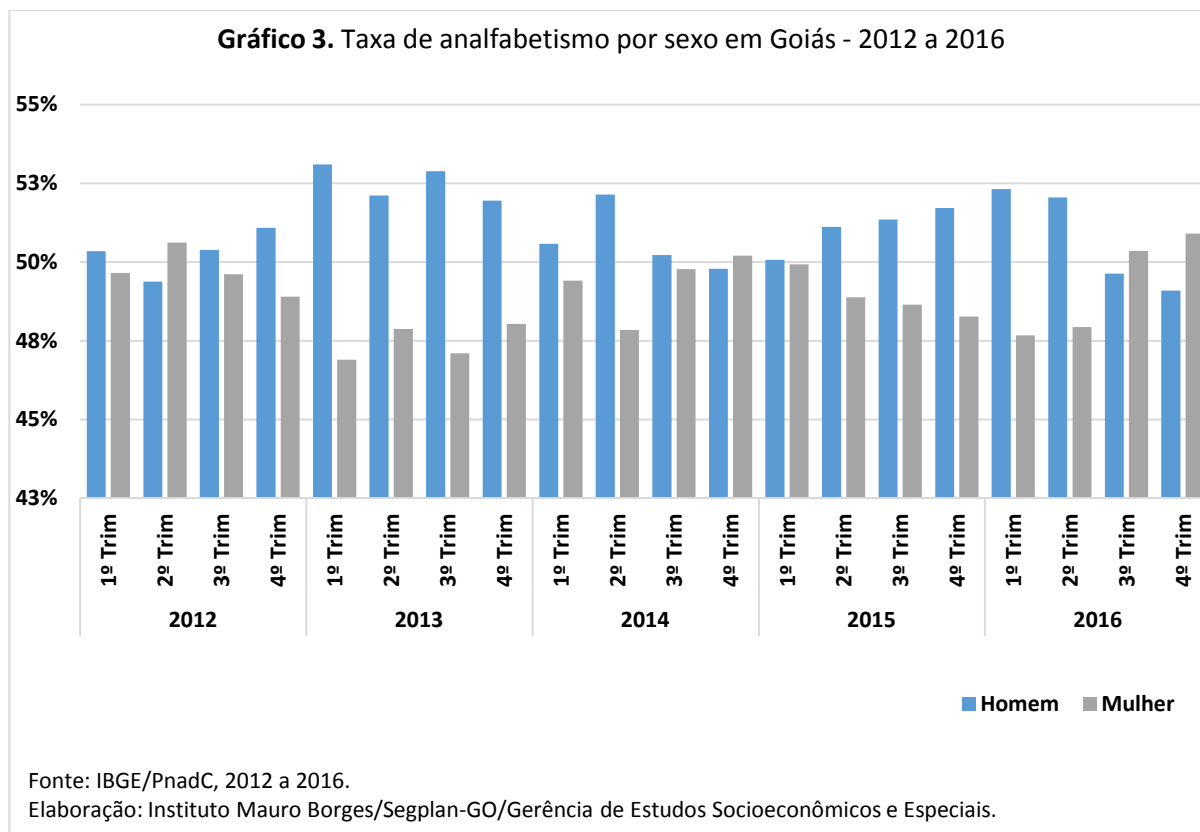


Dentro do universo do analfabetismo em Goiás é necessário o desvelamento das realidades por vezes escondidas no dado geral. Assim, o Gráfico 2 mostra as porcentagens de pessoas analfabetas distribuídas pela cor da pele. A população que se declara parda tem as maiores taxas quando comparada com o restante, estando com 61,3% do total de analfabetos no quarto trimestre de 2016. Por outro lado, é preciso relativizar esses dados pela participação de cada parcela no total da população. No quarto trimestre, de 2016, os que se declararam brancos representavam 34,2% dos goianos, os pardos eram 58,3% e os que se declararam de cor preta perfaziam 6,8%. Assim, somente o percentual de analfabetos brancos é inferior à sua representatividade na população.

Gráfico 2. Distribuição da taxa de analfabetismo segundo a cor da pele em Goiás - 2012 a 2016



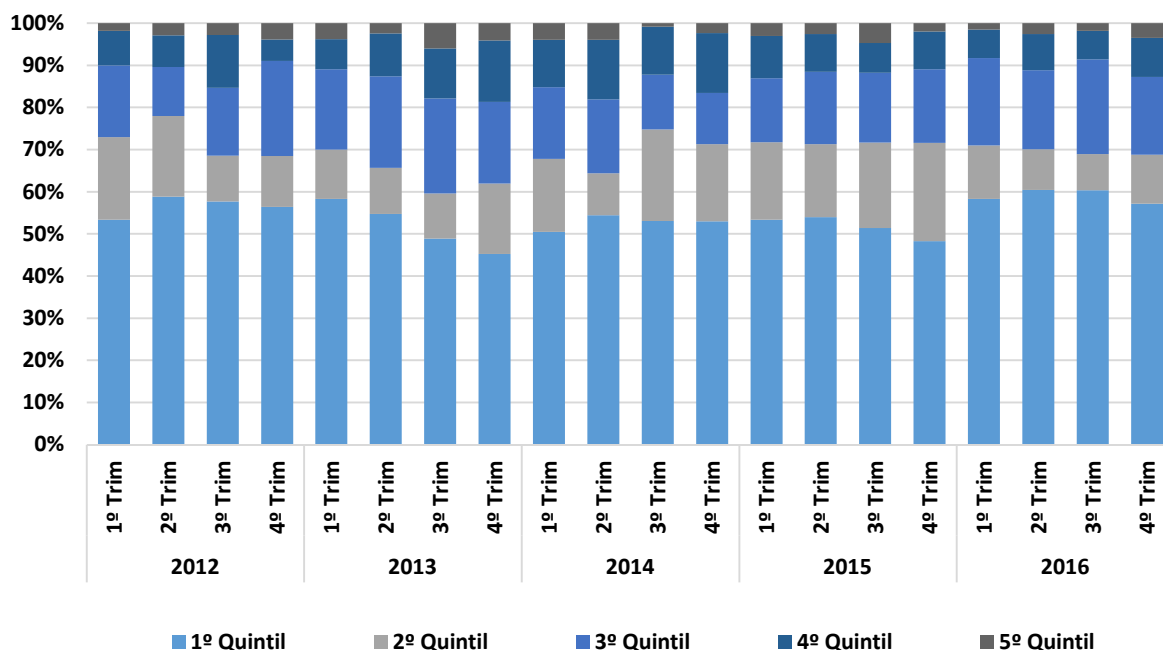
Pela repartição da taxa de analfabetismo segundo o sexo (Gráfico 3), verifica-se que na maioria dos trimestres a representação dos homens analfabetos é maior que o de mulheres analfabetas, exceção de apenas três (2º de 2012, 3º e 4º de 2016). Com um máximo de 53,1% de analfabetos homens no primeiro trimestre de 2013, e o mínimo de 49,1% no último trimestre de 2016. Essa pequena oscilação não permite apontar uma tendência de homens superarem as mulheres quanto à alfabetização, pois é necessário também considerar os demais indicadores em que elas se mostram em situações mais favoráveis.



O Gráfico 4 traz a taxa de analfabetismo segundo os quintis da renda² domiciliar. Salienta-se que o 1º quintil engloba a população que pertence aos 20% mais pobres e o 5º quintil se refere aos 20% mais ricos. Pode-se perceber aqui que a maioria dos indivíduos que não sabem ler nem escrever se encontra no 1º quintil, enquanto que a menor taxa de analfabetismo situa-se no 5º quintil. Ratificando a vinculação do analfabetismo com a condição social e reforçando, ainda mais, a importância do poder público na melhora desse quadro.

² As informações de renda da PnadC são para as pessoas acima de 14 anos.

Gráfico 4. Distribuição da taxa de analfabetismo por quintis de renda domiciliar em Goiás - 2012 a 2016

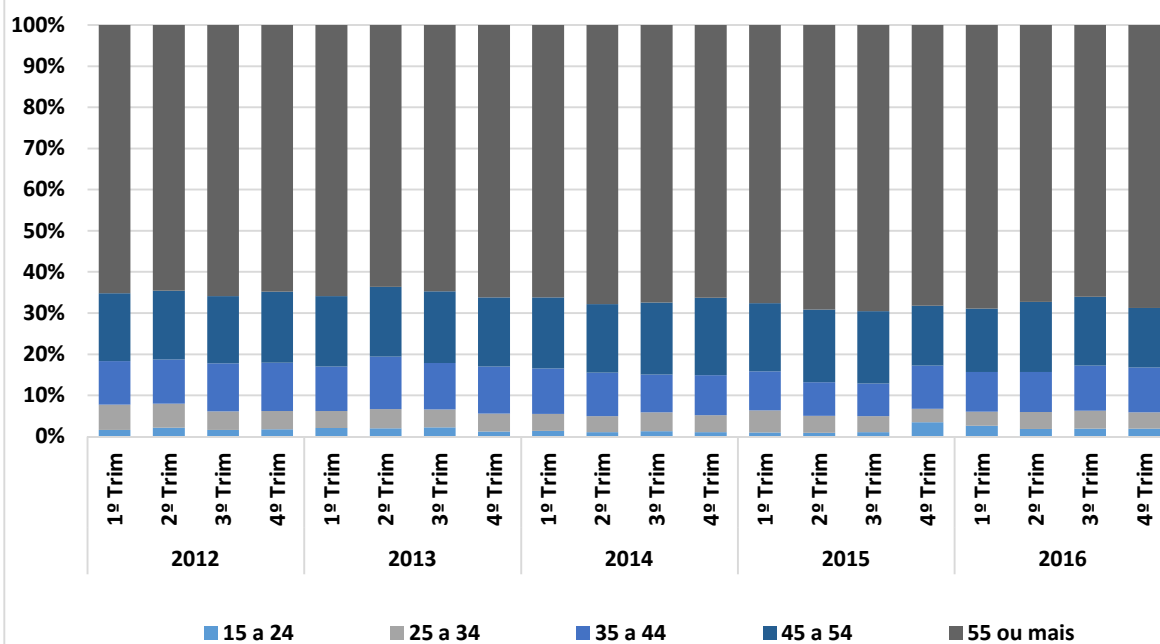


Fonte: IBGE/PNADC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

No Gráfico 5, a taxa de analfabetismo está subdividida por faixas etárias, possibilitando a visualização dos avanços recentes das políticas voltadas à alfabetização, além de caracterizar o público específico para a formulação de ações, buscando a solução do problema. Ficam evidentes as discrepâncias entre gerações, em que mais da metade dos analfabetos tem 55 anos ou mais, devido ao efeito de estoque, ou seja, envolve todo o sistema educacional em sua história passada. Portanto, os dados reforçam a ideia de se intensificar os programas de alfabetização para adultos e idosos.

Gráfico 5. Taxa de analfabetismo por faixa etária em Goiás - 2012 a 2016



Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

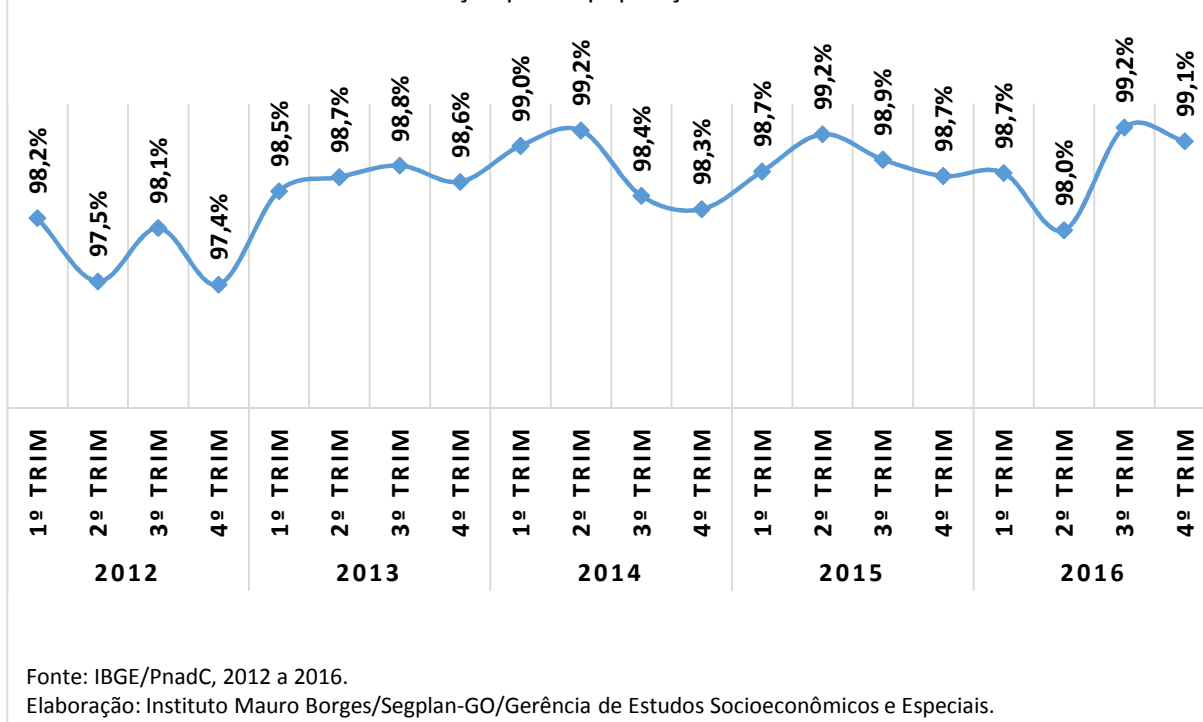
Alfabetização

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa³, do Ministério da Educação, propõe que todas as crianças até oito anos de idade estejam devidamente alfabetizadas. Desse modo, pela importância de se verificar a alfabetização dos indivíduos antes dos 15 anos de idade, se analisa aqui a porcentagem de crianças de 8 a 14 anos que sabem ler e escrever, distribuindo-as conforme a rede de ensino frequentada.

O Gráfico 6 mostra altas taxas de alfabetização, chegando a 99,2% nos três últimos anos, demonstrando um cenário favorável para o sucesso do Pacto. Contudo, salienta-se que mais de 39% dos que ainda não estão alfabetizados nessa faixa etária tinha oito anos de idade no 4º trimestre de 2016. No mesmo período de 2012, essa idade representava mais de 48% daqueles que não sabiam ler e escrever. Portanto, a despeito do avanço tanto no grupo etário total, quanto na idade de oito anos, fazem-se necessários esforços voltados para o cumprimento do compromisso que implica na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

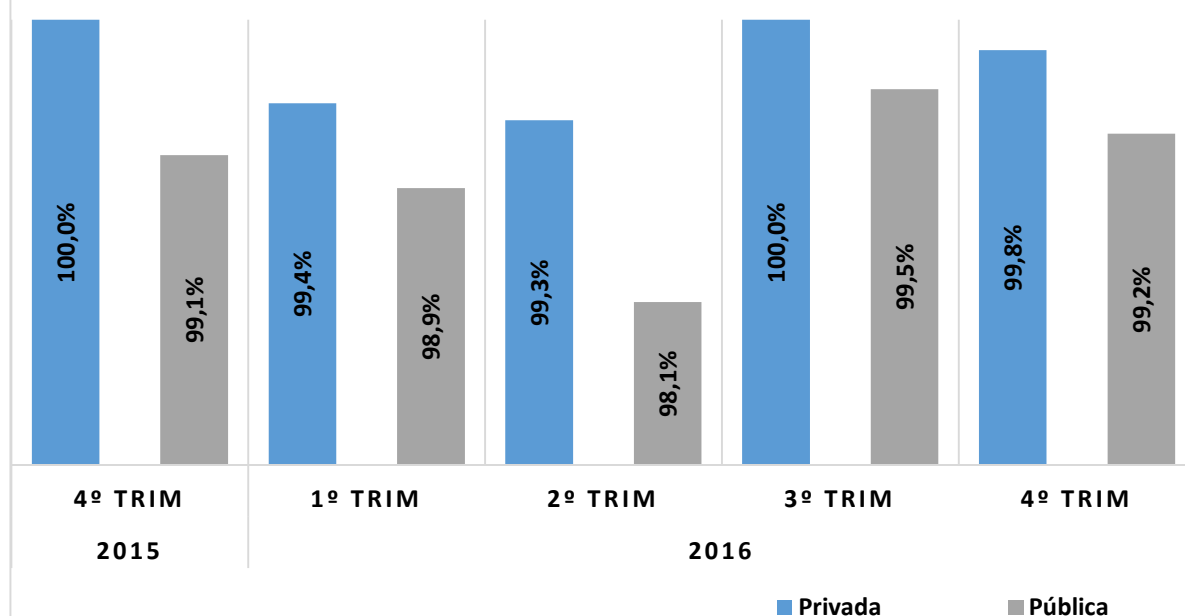
³ Compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, que equivale ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Gráfico 6. Percentual de alfabetização para a população de 8 a 14 anos em Goiás - 2012 a 2016



Tais esforços devem vir principalmente do setor público, pois como mostra o Gráfico 7, há diferenças entre as crianças que frequentam a rede pública e aquelas das escolas privadas. Em dois trimestres, desde 2015 até 2016, a taxa de alfabetização da rede privada chegou a ser de 100%, enquanto que em nenhum trimestre a rede pública conseguiu alcançar tal taxa. Esses resultados ressaltam a importância do papel do poder público na melhora dos indicadores educacionais.

Gráfico 7. Porcentagem de alfabetização para a população de 8 a 14 anos segundo a rede de ensino em Goiás - 2012 a 2016



Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

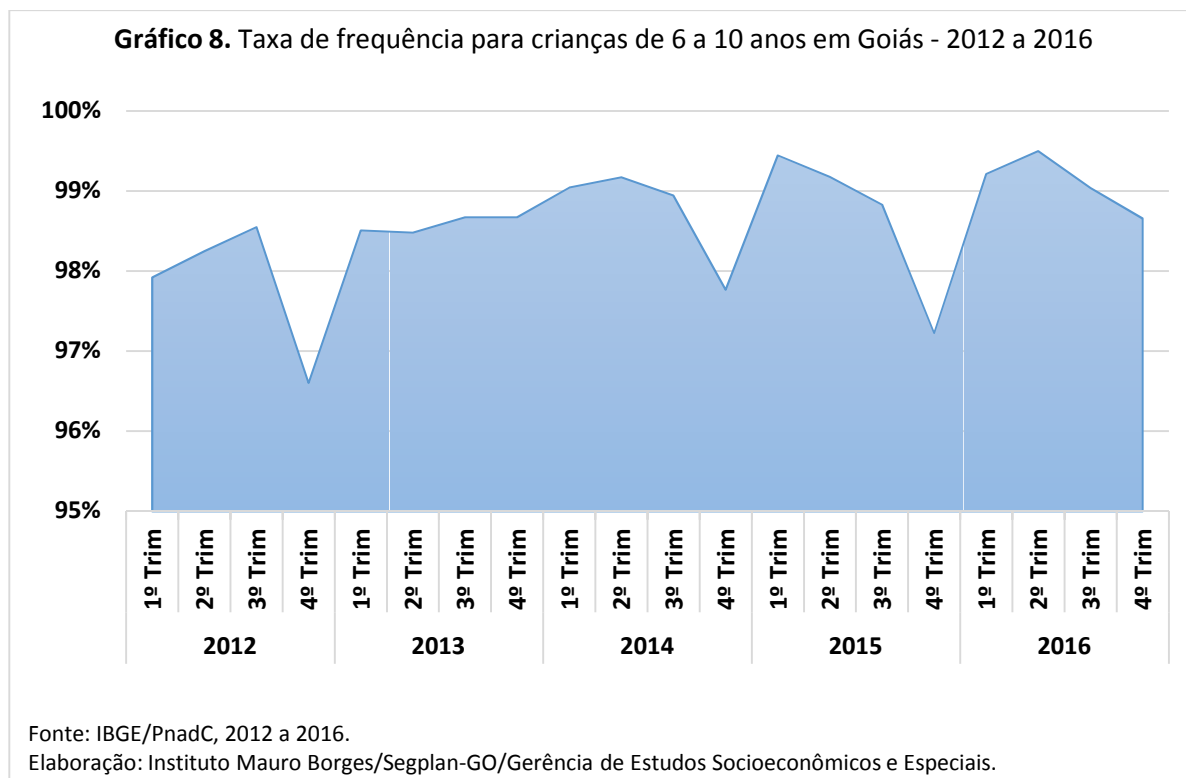
Nota: A variável "Rede da escola frequentada" só foi adicionada ao questionário da PnadC no 4º trimestre de 2015.

Frequência Escolar

As taxas de frequência a seguir mostram a evolução desde 2012 até 2016 para a população de 6 a 10 anos, que corresponde, idealmente, aos anos iniciais do ensino fundamental (Gráfico 8); para a população de 7 a 14 anos, correspondente aos anos finais do ensino fundamental (Gráfico 9); e para a população de 15 a 17 anos, referente, num cenário ideal, ao ensino médio (Gráfico 10)⁴.

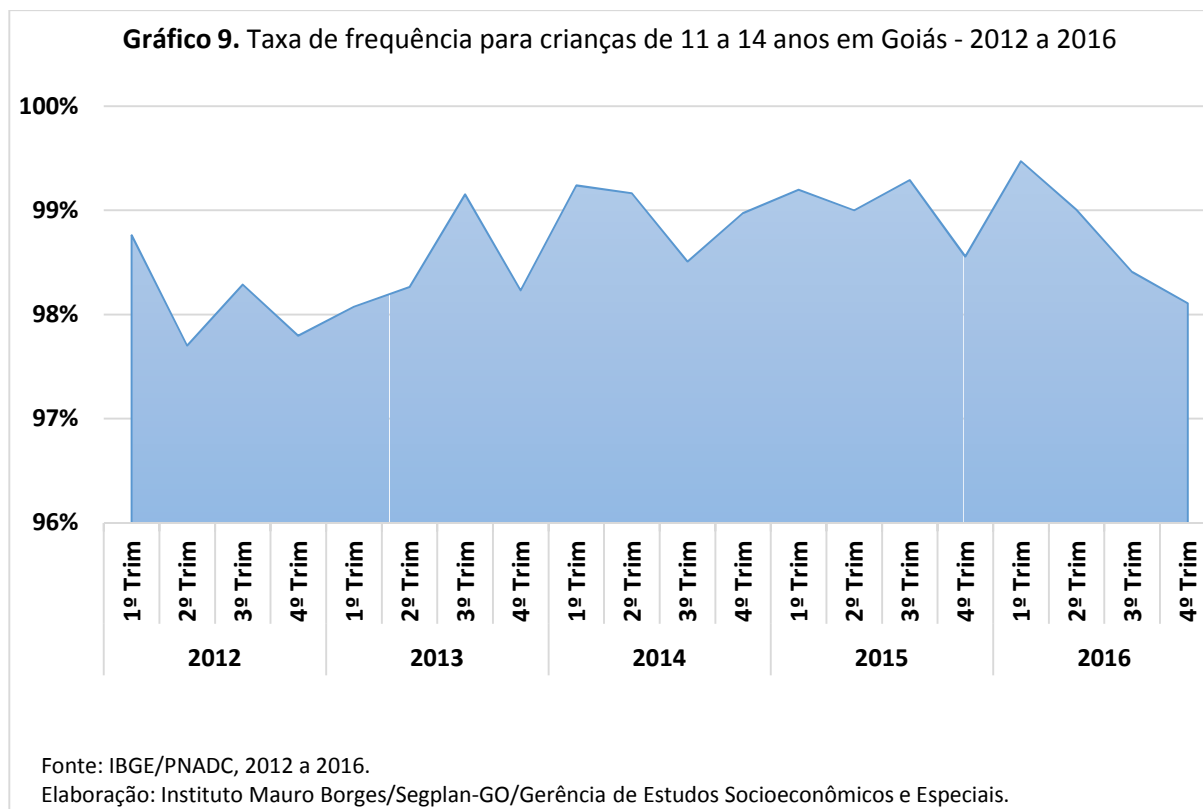
Pelos dados da frequência escolar para a primeira faixa etária, dos 6 aos 10 anos, percebe-se que a taxa tende a diminuir no último trimestre dos anos apresentados, fato esse relacionado ao abandono escolar, mais presente no final do ano letivo. Contudo, ainda constata-se altas taxas de frequência, terminando com 98,7% no quarto trimestre de 2016.

⁴ Aferiu-se apenas a frequência à escola, não se mediu a frequência líquida da matrícula, ou seja, não se relacionou a idade à etapa ideal de escolarização para aquela idade.



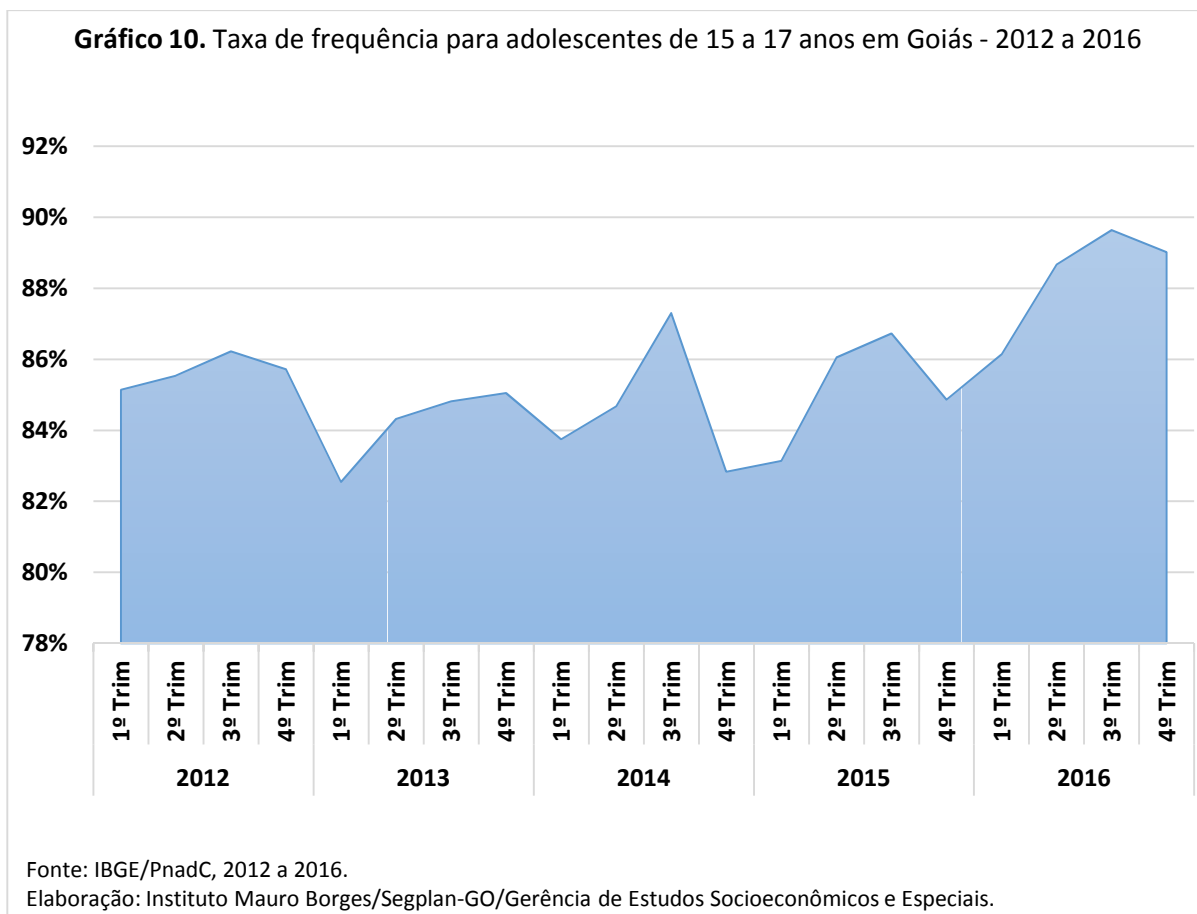
O Gráfico 9 traz a faixa etária correspondente aos últimos anos do ensino fundamental, de 11 a 14 anos. De maneira geral o movimento se repete também nesse grupo, com os primeiros trimestres de cada ano representando o ápice das matrículas e o quarto trimestre ficando com o menor percentual de frequência à escola (algumas exceções são encontradas, fruto da natureza e metodologia da pesquisa).

No primeiro trimestre de 2016, a taxa chega ao seu máximo de 99,5%, e o mínimo é encontrado no segundo trimestre de 2012 com 97,7%. Ambas as taxas revelam a tendência de universalização do ensino fundamental, fato ainda a ser conseguido no ensino médio, como se pode verificar no Gráfico 10.



Na frequência escolar para os adolescentes de 15 a 17 anos (Gráfico 10), percebe-se uma grande diminuição nas taxas de frequência escolar quando comparado às outras faixas etárias. Porém ao se contrapor as taxas de 2012 e as de 2016, nota-se um avanço significativo: saiu-se de uma taxa de 85% e chega-se a 89% no final do período.

Nesse grupo etário, o movimento de abandono escolar no avançar do ano letivo não é percebido, havendo oscilações descontínuas que dificultam a explicação dos reais motivos para esse fenômeno. Talvez uma explicação passe pelo fato de muitos indivíduos desse grupo estarem frequentando o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos que tem matrículas também no segundo semestre de cada ano.

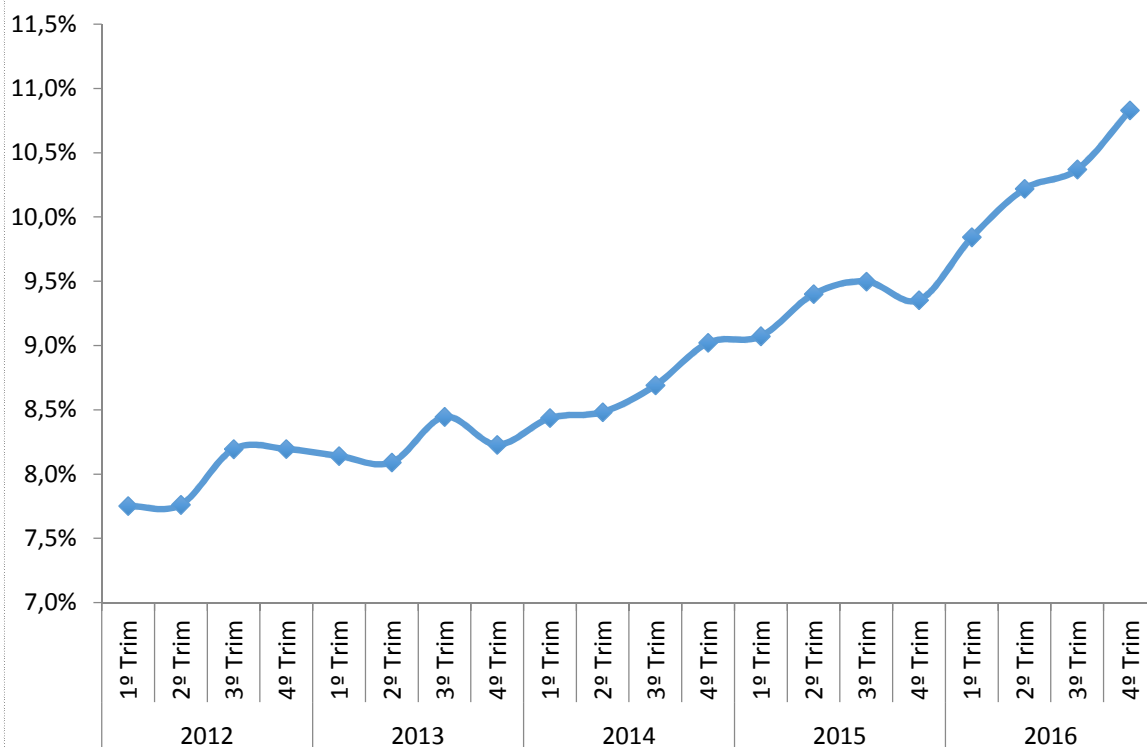


Ensino Superior

Nos gráficos seguintes apresentam-se análises sobre a educação universitária no tocante à formação de graduação e pós-graduação. Vale salientar que a apreciação da pós-graduação está restrita aos programas *stricto sensu* – mestrado e doutorado – pois os cursos *latu sensu* – nível de especialização – somente foram acrescentados à Pnad Contínua no quarto trimestre de 2015. Portanto, para uma série histórica em harmonia optou-se por abordar somente as variáveis presentes desde o início da coleta da PnadC em 2012.

O Gráfico 11 exibe o percentual da população de Goiás que possui graduação. Percebe-se que houve um aumento considerável e acentuado ascendentemente no ano de 2016. Para melhor compreensão desse indicador é necessário relativizar seu efeito sobre população na idade ideal para a conclusão do ensino superior, ou seja, desprezando-se as crianças e os jovens que não teriam condição temporal para o término dessa etapa educacional. Destarte, sobre a população com 24 anos ou mais, o percentual de goianos que possuía graduação no quarto trimestre de 2012 era de 12%; já no quarto trimestre de 2016 foi de 15,4%, evolução superior a 28% nessa taxa.

Gráfico 11. Percentual da população com graduação - Goiás - 2012 a 2016



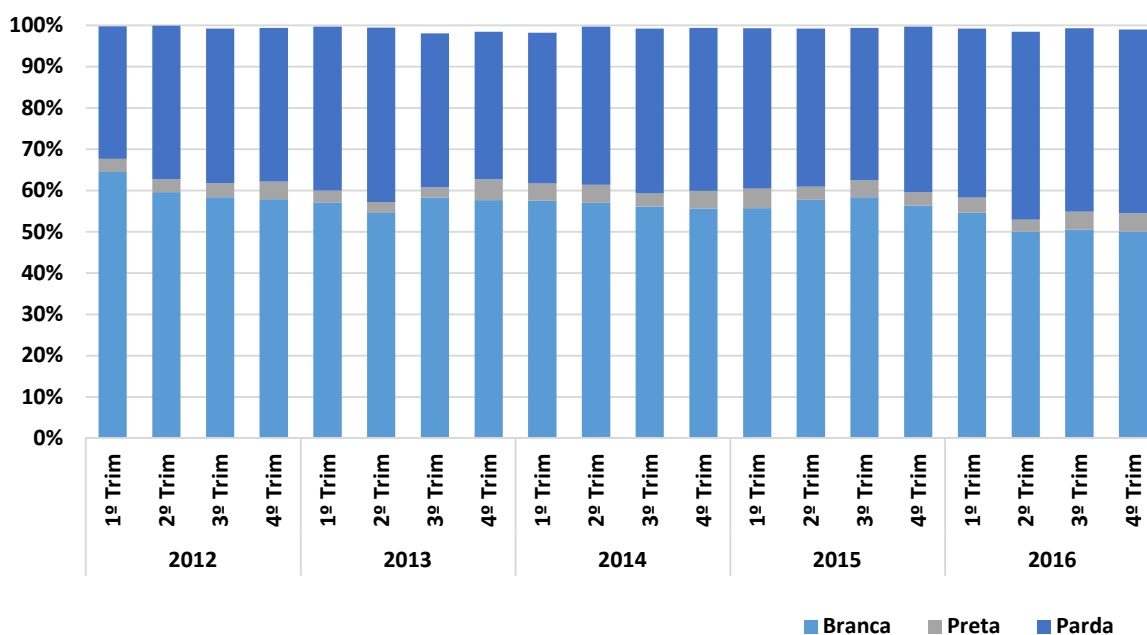
Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Quando se distribui os graduados pela cor da pele, conforme Gráfico 12, percebe-se as discrepâncias interna na população goiana. Aqueles que se declaram brancos são a maioria em todos os trimestres, a despeito de representarem pouco mais de 34% da população em geral. Porém, observa-se um avanço no decorrer do período, com os que se assumem pardos saindo de 32% no primeiro trimestre de 2012 para 44,5% no último trimestre de 2016. Sublinha-se que esse grupo, no final de 2016, perfazia 58% dos goianos.

A população que se declara da cor preta somavam 6,8% do total do estado, mas em apenas um trimestre alcança 5% dos graduados (quarto trimestre de 2013). Fica clara a enorme diferença quando comparado à população branca, por exemplo, no terceiro trimestre de 2013: a taxa das pessoas pretas chega a 2,5% enquanto a das pessoas brancas fica em 58,2% do total de graduados.

Gráfico 12. Porcentagem de pessoas com graduação segundo a cor da pele em Goiás - 2012 a 2016



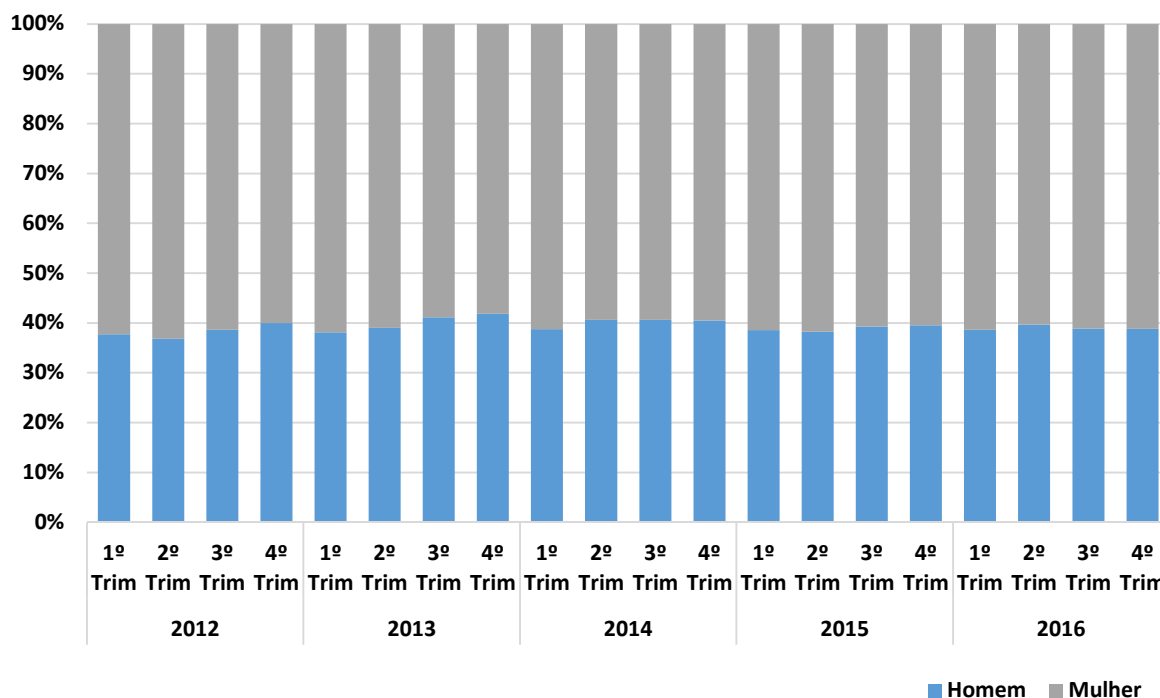
Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Nota: Os indivíduos que se declararam amarelos ou indígenas não perfaziam 1% da população total.

A melhor maneira de perceber as dissonâncias entre os grupos distribuídos pela cor da pele é analisar os dados dentro do próprio grupo. Naqueles que se declaram pretos, a porcentagem de graduados no quarto trimestre foi de 6,3%, entre os brancos eram 13,6% e nos pardos 4,9%; no quarto trimestre de 2016, os resultados foram 6,8%, 15,4% e 8,1%, respectivamente. Nesse sentido, evidencia-se o desafio da equalização do acesso ao ensino superior nas diferentes parcelas da população goiana, entendendo as causas de tais diferenças e propugnando sua superação.

Gráfico 13. Porcentagem de pessoas com graduação por sexo em Goiás - 2012 a 2016



Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

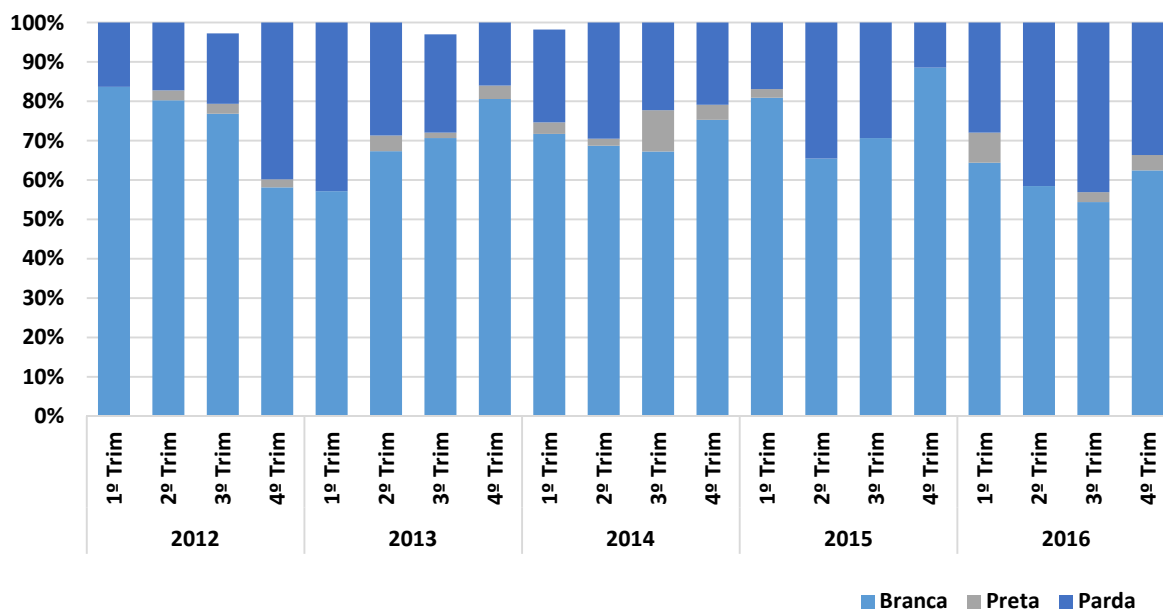
As mulheres goianas assumem o protagonismo quanto ao ensino superior tendo em vista a proporção dos graduados segundo o gênero (Gráfico 13). A população feminina em praticamente todos os trimestres perfazia 60% ou mais dos graduados de Goiás; em somente cinco resultados os homens ultrapassam 40% de participação no grupo que possui curso superior.

No tocante à pós-graduação⁵, o percentual daqueles com esse nível de formação oscilou pouco no período em estudo, permanecendo numa média de 0,3% da população total. Na distribuição pela cor da pele dos pós-graduados percebe-se um quadro semelhante ao daqueles com graduação (Gráfico 14). Novamente há predominância de pessoas brancas, pois a participação desse grupo permanece sempre acima dos 50% do total em todos os trimestres, com casos em que atinge mais de 88% dos pós-graduados goianos.

Todavia, o mesmo movimento constatado na análise dos graduados é percebido na pós-graduação: nota-se o avanço da parcela que se declara parda na aquisição desse nível educacional, principalmente nos derradeiros trimestres do período em análise. A despeito disso, a representatividade dos pós-graduados dentro do próprio grupo da cor da pele atesta a discrepância na sociedade. Enquanto, 0,5% dos indivíduos brancos tem pós-graduação, essa taxa tanto para os pardos, quanto para os pretos, é de apenas 0,2%.

⁵ Frisa-se novamente que nesse trabalho a pós-graduação se refere somente ao mestrado e ao doutorado.

Gráfico 14. Porcentagem de pessoas com pós-graduação segundo a cor da pele em Goiás - 2012 a 2016



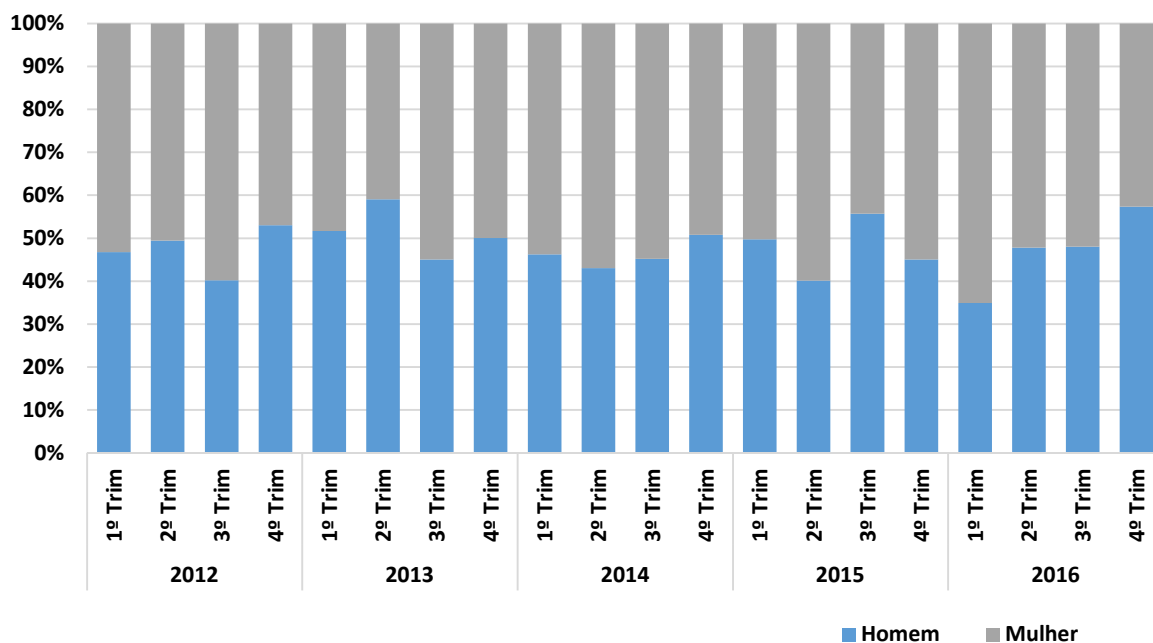
Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Nota: Os indivíduos que se declararam amarelos ou indígenas não perfaziam 1% da população total.

Na desagregação dos pós-graduados de Goiás por sexo (Gráfico 15), verifica-se certo equilíbrio entre os dois grupos. Aqui, diferentemente dos dados referente à graduação, os homens conseguem maior participação: somente em um trimestre estão abaixo de 40% e em seis deles ultrapassam o referencial das mulheres. Infere-se, portanto, que após a graduação os homens têm continuidade em sua formação de maneira mais significativa que as mulheres. Pode-se imputar a dificuldade da mulher no prosseguimento dos estudos ao seu papel, culturalmente exercido e exigido pela sociedade, de desempenhar a maternidade, haja vista a consonância entre a idade fértil e a idade para a entrada nos cursos de pós-graduação.

Gráfico 15. Porcentagem de pessoas com pós-graduação segundo o sexo em Goiás - 2012 a 2016



Fonte: IBGE/PnadC, 2012 a 2016.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Responsáveis Técnicos

Késsia Cristina Pereira Coelho

Rui Rocha Gomes